

EXPERIÊNCIAS NO CONTEXTO DE ESTÁGIO: DEBATE SOBRE PRECONCEITOS SOCIAIS EM SALA DE AULA

André Luiz Souza Silva¹

RESUMO

O trabalho com a linguagem possibilita-nos reflexões e discussões que são marginalizadas na sociedade ou tratadas como banais. Assim, as aulas de Língua Portuguesa (LP) não precisam estar limitadas ao estudo da norma-padrão, este viés é necessário, isto não se discute, mas o professor não deve se limitar nem ser limitado a esse pressuposto básico do ensino de língua. Desse modo, considera-se que o trabalho com uma disciplina como a de LP, que lida com o objeto linguagem, subsidia e apresenta espaços para a socialização de temáticas diversas. Nessa direção, estabelece-se o trabalho com a reflexão a respeito dos preconceitos sociais que promovem a desigualdade de gênero, ataques racistas, intolerância religiosa e o desrespeito à diversidade sexual. No contexto de estágio – numa escola pública da cidade de Guarabira-PB – fez-se uma intervenção sobre os temas supracitados em uma turma de 9º ano do ensino fundamental. Para as explanações das ações no contexto da sala de aula, emerge-se a natureza qualitativa de caráter descritivo/interpretativo. Por fim, apresenta-se as discussões acerca das temáticas discutidas com os alunos a partir de uma oficina escolar. Para este trabalho, parte-se dos pressupostos teóricos de Guedes (2006), Martins (2016), Antunes (2003), entre outros, também dialogando com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa e de Temas Transversais (1998a; 1998b).

Palavras-chave: Experiência de estágio, Ensino de linguagem, Preconceitos.

INTRODUÇÃO

Os estágios em licenciatura possibilitam que os alunos enxerguem a realidade da sala de aula, não mais como alunos, mas como futuros professores, mobilizando, desse modo, conhecimentos de mundo diversos e saberes de experiências mais específicos. Compreende-se que as atividades de estágio contribuem com a experiencição para a formação profissional do futuro professor. Desse modo, o objetivo geral é o de expor as experiências em estágio regência, tendo como específicos: a) refletir sobre a inserção de temas transversais em aulas de Língua Portuguesa e b) descrever a atividade de oficina realizada no estágio supervisionado.

A partir destes objetivos, este trabalho justifica-se pela inquietação em se observar que, por muitas vezes, o professor de português é diminuído aos domínios da

¹ Professor do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), onde também graduou-se em Letras-Português, mestrando em Linguística (PROLING) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especialista em Língua, Linguística e Literatura (UNIFIP) e em Ensino de Línguas e Literatura na Educação Básica (UEPB). E-mail: andreluiz.bans@gmail.com

norma-padrão, mas também por compreender que o professor que lida com a linguagem ultrapassa os saberes em regras e pode refletir sobre as práticas sociais da linguagem. Ao tratar da formação do professor de língua portuguesa, deve-se, de maneira demasiada, questionar o que é o ensino de língua portuguesa. Afinal, em muitos contextos escolares, o que se restringe ao professor dessa disciplina é sua regência gramatical, ou seja, seu domínio diante da gramática normativa.

Em vista disso, torna-se fundamental compreender que o Ensino de LP tem passado por inúmeras modificações após a publicação dos PCN, desde de 1997, e, sobretudo, após a inserção dos Temas Transversais. Tal fato possibilitou o surgimento de novas abordagens educacionais que vão além do ensino pautado no tradicionalismo e na vigência de normas gramaticais e ortográficas. O profissional voltado para a área da linguagem convive diante de uma grande massa de meios de comunicação os quais são práticas regidas pela língua(gem), deste modo, é possível colaborar com a formação humana e cidadã do alunado brasileiro indo além dos elementos metalinguísticos.

Esse trabalho é de base bibliográfica aliado à uma prática de vivência em estágio. A partir disso, identifica-se uma pesquisa de natureza qualitativa de caráter descritivo/interpretativo. No mais, esse trabalho apresenta outras quatro seções: a) a metodologia que estrutura este artigo e a prática em sala de aula; a seguir, b) fundamentos teóricos, onde é abordada a escola como contexto para a prática transversal; seguida das c) discussões acerca da prática de aplicação da oficina, adiante as considerações finais. Não menos importante, expõe-se as referências que ancoram as reflexões.

METODOLOGIA

Estas reflexões alicerçam-se em um viés descritivo-interpretativista. Descritivo, porque expõe as atividades realizadas durante a aplicação da oficina temática no estágio supervisionado em uma escola pública de Guarabira-PB, já se consagra interpretativista por apresentar a visão do autor diante da prática supracitada. Assim, pode-se apontar a natureza qualitativa desta reflexão não só teórica, mas também pedagógica. Como aponta Bortoni-Ricardo (2008, p. 42): “[...] é tarefa da pesquisa qualitativa de sala de aula construir e aperfeiçoar teorias sobre a organização social e cognitiva em sala de aula, que é o contexto por excelência para a aprendizagem dos educandos”.

Os resultados e discussões deste trabalho são resultados da oficina em estágio obrigatório ofertado como disciplina na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), através da qual idealizou e entrevistou-se na escola, no segundo semestre de 2018, entre os meses de setembro e outubro. A oficina faz parte da regência, desse modo, a oficina totalizou três aulas numa turma de 9º (nono) ano do ensino fundamental. Assim, foi possível estabelecer a sala de aula como o laboratório do professor, nesse caso, do estagiário. Portanto, “uma grande vantagem do trabalho do professor pesquisador é que ele resulta em uma ‘teoria prática’, ou seja, em conhecimento que pode influenciar as ações práticas do professor, permitindo uma operacionalização do processo ação-reflexão-ação [...]” (BORTONI-RICARDO, 2009, p. 48).

REFERENCIAL TEÓRICO

O ser professor LP vai além dos domínios da norma-padrão da língua. Embora não se esteja desconsiderando a importância e a necessidade do domínio necessário em relação à norma, apenas seu domínio não molda um bom professor. Guedes (2006, p. 13) indica que “[...] há muito a função do professor de português não é mais a de guardião de uma língua que ele não fala – nunca falou – e na qual raramente se atreve a escrever: seu trabalho tem se limitado ao ensino cada vez mais diluído da metalinguagem da gramática tradicional”.

De acordo com Guedes (2006), a qualificação do professor de português vai além das regras da gramática, o que entra em jogo é seu domínio da língua em situações reais de uso. Afinal, os sujeitos não atuam apenas com a língua, mas através dela. Ao considerar a língua como um instrumento de comunicação, deve-se mobilizar os alunos a verem que o que aprendem em sala de aula não é apenas para a prova de português, mas também para práticas cotidianas que sejam mediadas pela linguagem.

Segundo Martins (2016, p. 22), a linguagem é um espaço e território de ação e reação, no qual os sujeitos possuem a prerrogativa de agir pela interação, já que a linguagem “se inscreve e circunscreve, fazendo uso da palavra”, sendo a multiplicidade de visões e leituras que determinam e condicionam a diversidade social. A linguagem, de forma simultânea, é e representa tudo e todos. Nessa idealização de ir além das normas gramaticais, evidencia-se a possibilidade de os chamados “temas transversais” entrarem como possíveis aliados no contexto de ensino de língua materna.

Os temas transversais, assim chamados pelos próprios PCN, dizem respeito a questões que vão além dos conteúdos da grade curricular, são temas que abordam as vivências dos alunos, isto é, o cotidiano deles. Como é imprescindível que eles possuam respeito para com o próximo e que cobrem esse mesmo respeito quando se tratam deles. São temas de grande relevância para a convivência dos alunos no ambiente escolar, bem como no seu processo de formação como cidadão e conseqüentemente a sua vida em sociedade. Nesse sentido, de acordo com os PCN, os Temas transversais:

Por serem questões sociais, [...] têm natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano (BRASIL, 1998b, p. 26).

Dessa forma, é um tanto quanto desanimador chamar essa base dos PCN de “temas transversais”, pois são assuntos que tratam da vida do aluno enquanto cidadão, e que elucidam sobre inúmeras questões que não são “bem vistas”, como é o caso do tema de orientação sexual, dentro de uma escola dita conservadora, mas que não percebe a importância de discutir temas importantes para vida e que não irão ficar escondidos dos nossos alunos. Tanto por esta questão quanto por outras é que foi decidido que esse seria o meio de ensino para com os alunos, pois é necessário o trabalho de outras questões voltadas para a vida em sociedade, como bem discute Macedo:

Definidas as responsabilidades da escola, reaparecem velhas questões. São as disciplinas escolares clássicas incapazes de desenvolver tais capacidades necessárias para a participação social efetiva? Na literatura pedagógica, foi sempre uma constante a preocupação de trazer a realidade para dentro da escola. Essa preocupação gerou inúmeras respostas, mas ainda nos deixa a questão sem solução. Em qualquer escola de ensino fundamental, pode-se ouvir pelos corredores, e mesmo nas salas de aula, alunos questionando a utilidade dos conhecimentos que aprendem na escola. Seria isso uma demonstração da dificuldade da atual estruturação disciplinar do currículo para lidar com os problemas postos pela realidade? Alguns defendem que sim, outros negam de forma veemente, outros ainda buscam alternativas (MACEDO, 1999, p. 44).

É importante o trabalho para além dos portões da escola, sim, isso já foi e é, por diversas vezes, discutido, mas mesmo com tamanha insistência na relevância desse assunto, ele não tem seu devido reconhecimento e não possui seu lugar (de direito) dentro das salas de aula sendo discutido por profissionais capacitados. Ensinar para a vida também é tarefa da escola e dos professores, não se está lidando com máquinas para apenas programar aquilo que se quer, é necessário um reposicionamento acerca do

ensino nos dias de hoje. Os temas levados para a sala de aula foram: racismo, intolerância religiosa, igualdade de gênero e diversidade sexual.

Decidiu-se levar materiais audiovisuais além da proposta de atividade que complementaria tudo aquilo que seria discutido em sala, essa atividade seria apenas uma forma de interligar tudo o que foi discutido, para melhor elucidação de como todos os temas conversam entre si. O professor de português não precisa nem deve estar limitado ao trabalho com gramática normativa, o professor de língua materna, quiçá todos, devem partir para os preceitos do letramento escolar e social. O trabalho com a linguagem abre portas e engaja o professor e o aluno num universo macro de aprendizado. Logo, trabalhar a transversalidade é necessário, pois

A educação para a cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. Com isso o currículo ganha flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais [...] (BRASIL, 1998b, p. 25).

O trabalho com temáticas transversais possibilita o trato com o caráter ético, reflexivo e crítico do cidadão. Os alunos, antes de mais nada, são cidadãos, cabe a escola possibilitar que compreendam seu papel social enquanto sujeito, pois a cidadania é um exercício pragmático não uma inerência. O cultivo ao respeito só pode ser feito explicitando os problemas que marginalizam os sujeitos sociais. Dessa forma, ancora-se o trabalho com as temáticas de igualdade de gênero e diversidade sexual a partir do tema de orientação sexual, já racismo e intolerância religiosa por meio da temática de pluralidade cultural. Com relação ao trabalho envolvendo a primeira temática, verifica-se o seguinte nos PCN:

[...] supõe refletir sobre e contrapor aos estereótipos de gênero, raça, nacionalidade, cultura e classe social ligados à sexualidade. Implica, portanto, colocar-se contra as discriminações associadas a expressões de sexualidade, como a atração homo ou bissexual, e aos profissionais do sexo (BRASIL, 1998b, p. 121).

Nota-se, portanto, que os PCN, sugerem trabalhar com o tema orientação sexual, visando desconstruir variadas práticas preconceituosas que estão enraizadas na sociedade desde períodos remotos, e que acabam gerando a exclusão de determinados grupos sociais. É necessário enfatizar que fatores como cultura, religião, educação

familiar, dentre outros, contribuem consideravelmente para tal exclusão. No que cerne a abordagem do tema Pluralidade Cultural, os PCN atestam que:

[...] diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal (BRASIL, 1998b, p. 121).

A partir dos pressupostos apresentados, constata-se que a abordagem desses temas proporcionará possibilidades para a realização de um trabalho com argumentação, tornando possível despertar nos alunos a percepção e a identificação de preconceitos e, conseqüentemente, contribuirão para a formação de uma sociedade mais consciente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O tema da oficina foi **Refletindo Preconceitos Sociais** que teve o objetivo de dialogar e debater os seguintes temas: igualdade de gênero, diversidade sexual, intolerância religiosa e racismo. Esses temas foram selecionados para conversarem com temáticas transversais: orientação sexual e pluralidade cultural.

O primeiro tema abordado foi o racismo, a partir da música *Estereótipo*², de Rashid, foi possível dialogar com os alunos acerca da marginalização e da segregação social que ocorre na contemporaneidade. Debateu-se sobre a importância da política pública de cotas raciais para os alunos que ingressam no ensino universitário, o principal fator motivador desta política é de caráter histórico, dessa maneira, é necessário abordar a construção e identidade da própria nação brasileira. Observe a seguinte estrofe da canção:

“Querem mandar no que eu visto, querem julgar quem eu sou
Querem anular o que eu conquisto e que eu fique só com o que sobrou
Pode procurar nos registro (sic), meu!
O que fazem com a nossa cor
E se você é mais, um tipo eu, resista, onde quer que for”

A letra da canção trata, como o próprio nome diz, dos pré-conceitos que muitos sujeitos têm em relação às pessoas negras. Junto ao vídeo e áudio da música também foi impressa a letra, para que os alunos pudessem acompanhar e marcar trechos que chamassem atenção deles para que fossem discutidos. Assuntos como cotas, polícia,

² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uJHyhG6sXe0>>. Acesso em: 03/11/2018.

escola, família, trabalho, dentre outros, foram abordados pelos alunos gerando um diálogo entre todos que estavam presentes na sala.

Oportuniza-se, então, agregar valor não apenas de cidadania e reflexão identitária, mas também o trabalho e análise de um gênero textual/discursivo, como apontam os PCN de LP (1998a), é necessário o trabalho com uma pluralidade de textos, desde os mais comuns aos mais complexos. A partir disso, busca-se alcançar objetivos como este: “desenvolver uma atitude de empatia e solidariedade para com aqueles que sofrem discriminação” (BRASIL, 1998b, p. 143). Assim, galga-se o respeito pela diversidade, esse respeito não é só pelo cidadão, mas também por sua história e cultura.

Ao falar em cultura, ascende-se a temática intolerância religiosa. Infelizmente, religiões que não sejam cristãs sofrem uma segregação e exclusão enquanto prática religiosa. As religiões de origem africana, as chamadas religiões afro-brasileiras – candomblé e umbanda - sofrem preconceitos, pois os indivíduos que seguem a religião tida como “correta” acabam apontando como religiões demoníacas. Entretanto, o trabalho de reflexão realizou-se não para pontuar se há fé ou crença do bem ou do mal, mas que aquela crença existe e deve ser respeitada. Por isso, “[...] valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas respeitá-los como expressão da diversidade, respeito que é, em si, devido a todo ser humano, por sua dignidade intrínseca, sem qualquer discriminação” (BRASIL, 1998b, p. 121).

Dito isso, para explicitar argumentar com os discentes, foi explanado, inicialmente, algumas considerações sobre a Lei nº 9.459, de 15 de maio de 1997, que considera crime a prática de discriminação ou preconceito contra religiões. Posteriormente, refletiu-se sobre alguns possíveis fatores que levam algumas pessoas a pactuar com intolerância religiosa, bem como com outros tipos de preconceito. Dentre estes, destacou-se possíveis situações vivenciadas por essas pessoas preconceituosas durante a infância, a exemplo de maus tratos, convivência com pais violentos ou inflexíveis, excesso de críticas, famílias disfuncionais, superproteção, dentre outras. Ainda na abordagem dessa temática, foi trabalhado o texto intitulado *Uma boa notícia*. Esse texto aborda como é possível as religiões congregarem-se pacificamente, praticando o respeito e a solidariedade. No texto, pessoas de diferentes religiões se acolhem e se ajudam mutuamente. Veja o seguinte trecho de um dos documentos oficiais:

A boa notícia é que, bem pertinho da capital do Brasil, numa vila de pouco mais de mil moradores, chamada Área Alfa, católicos e evangélicos dividem

o mesmo templo. [...] Os católicos dizem que compartilhar o mesmo teto com os evangélicos deu um bom fruto do diálogo religioso, e que todos são cristãos, e que o templo é de todos. Os evangélicos agradecem – e contam: quando os católicos têm problemas, pedem aos evangélicos que orem por eles; e os católicos retribuem, rezando pelos evangélicos (BRASIL, 2004, p. 35-36).

Constata-se, então, que o trabalho com esse tema é de valor expressivo para a pluralidade e diversidade cultural e étnica. Assim, é necessário despertar o interesse pelo conhecimento e pela valorização das características de diferentes grupos sociais que convivem no Estado Brasileiro de Direito Democrático. Após a abordagem feita acerca desse tema, migrou-se para as temáticas de orientação sexual, temática que é posta como polêmica, entretanto, reconhecer e conhecer a realidade das mulheres e da comunidade LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e mais) no Brasil é saber o quão necessário é o debate a respeito dos preconceitos enraizados numa cultura falocêntrica, machista e patriarcal.

A abordagem desse tema apontou, primeiramente, o respeito à igualdade de gênero, objetivando a reflexão sobre o papel da mulher no espaço social, pois, por muitas vezes, é tida como menos produtiva, menos capaz, tal concepção baseada numa construção cultural retrógrada, no mínimo uma colocação de viés biológico bastante íngreme. Para a reflexão foi utilizado como recurso um vídeo³ em animação, que retrata de forma bem sucinta e explícita a problemática da desigualdade de gênero imposta desde muito cedo aos indivíduos. Após a apresentação do vídeo, foi explicitado o fato de sermos educados/as para convivermos em sociedade de maneira distintiva, ou seja, baseando-se na diferença sexual. Dentre outros pontos, também foi enfatizada a distinção entre a dimensão biológica (sexo) e a dimensão social (gênero). Assim, foi possível explicar que:

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de ‘masculino’ e ‘feminino’ como construção social (BRASIL, 1998b, p. 321).

Para além do vídeo, a charge abaixo foi outra das apostas para a discussão:

³ Vídeo sobre Igualdade de gênero, produzido pela ONU mulheres em parceria com o Instituto Coca-Cola Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZCGLC-vziRc>>.

Figura 01 – a mulher na sociedade

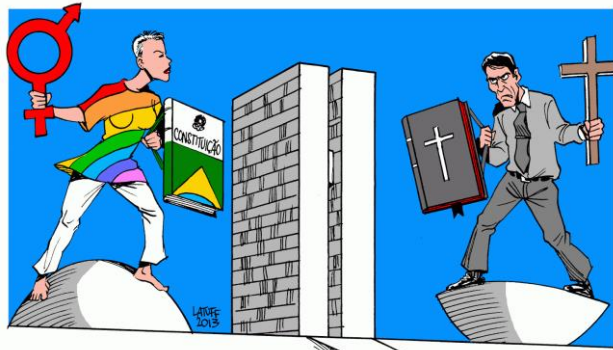


Fonte: <<http://igualdadedegeneronaescola.blogspot.com/2014/11/por-que-meninos-tem-pes-grandes-e.html?m=1>>.
Acesso em: 23 de mar. 2019.

Observou-se com os alunos como é posto em cima da mulher responsabilidades de casa, filhos e, por vezes, cuidados com o próprio marido. Faz-se necessário compreender que os espaços íntimos, caseiros e profissionais, enquanto espaços de socialização, devem e podem promover o direito de livre escolha das mulheres e de saberem que podem exercer qualquer função ou atividade que o homem faz, desde que tenha vontade e desejo para o mesmo. Afinal, a mulher é sempre tida como sutil, gentil, dócil, amável. A partir disso, explicou-se como alguns estereótipos são impostos de forma cultural: escolhas entre rosa e azul, entre carro e boneca, entre bola e casinha, entre futebol e queimada. Faz-se isso como se o objeto determinasse a sexualidade da mulher e do homem desde crianças. Porém, é necessário compreender que a sexualidade é uma existência individual, a mesma não se estabelece pela escolha de cores, jogos ou brinquedos.

Adiante, o tema final foi diversidade sexual. O Brasil é posto com um dos países mis violentos para pessoas LGBT+. É necessário compreender que há motivações e discursos de ódio voltados à comunidade apenas por serem quem são e viverem a vida que decidiram viver. Trabalhar o respeito à diversidade sexual é ter como objetivo o seguinte: “respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão garantida a dignidade do ser humano” (BRASIL, 1998b, p. 311). Para desenvolver a discussão, utilizou-se da charge abaixo:

Figura 02 – Estado laico e diversidade sexual



Fonte: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/comentarios-respeito-estatuto-da-familia-pl-65832013-por-fernanda-saboia/attachment/charge-estatuto-familia/>>. Acesso em: 23 de mar. 2019.

Por intermédio do texto, foi possível debater como é necessária a presença de políticas públicas no combate ao preconceito por sexualidade e/ou gênero que não corresponda ao imposto e padronizado pela sociedade como “correto”. Desse modo, debateu-se sobre a necessidade de separar os preceitos religiosos do trabalho político, pois há uma sociedade da diversidade que necessita de políticas que visem sua melhoria de vida, não para que esteja ou seja melhor que qualquer outros cidadão, mas para que tenha a certeza de que sua maneira de ser e orientação sexual não são motivos para que nenhum cidadão lhe falte com respeito ou coloque em risco sua integridade física. Assim, trabalhar com a linguagem e com temas transversais é pertinente para

[...] exercitar a vivência do respeito ao outro, entendendo que a diversidade não pode ser vista como uma barreira para a realização do ato educativo, mas deve ser fator de enriquecimento humano e pessoal. Nesse processo, são ferramentas cruciais a informação e o acesso ao conhecimento (MARTINS, 2016, p. 27).

No mais, é necessário conceber a pluralidade de vivências e experiências, para que o exercício da cidadania e do respeito ao diferente seja feito não por um discurso politicamente correto, mas por valores de ética e humanidade. Desse modo, é necessário galgar a inclusão de variados temas, variados problemas a fim de que os alunos discutam, reflitam, critiquem e apontem caminhos. É necessário ensinar que respeitar é uma palavra que vai muito além de tolerar, que é não é preciso entender ou compartilhar daquilo que o outro escolheu viver, mas não o julgar ou o recriminar por isso, respeitando o indivíduo.

Com efeito, faz-se necessário enfatizar que, à medida que se abordava os temas, a interação com os alunos foi de suma importância, percebeu-se que as temáticas

trabalhadas ativaram a visão de mundo deles acerca dos diversos preconceitos sociais que estão presentes no nosso dia a dia e que, na maioria das vezes, demora-se para perceber como influenciam diretamente na nossa vivência social. Para finalizar a oficina os alunos produziram *Bilhete para um preconceituoso*.

Esse gênero foi escolhido por sua particularidade, por ser de linguagem simplificada e objetiva, sendo um gênero privado, os alunos não assinaram sua produção. Adiante, alguns excertos (transcritos respeitando aspectos idiossincráticos da escrita dos alunos):

Quadro 1 – Excertos de alguns bilhetes produzidos pelos alunos

Aluno 01 – “Muitos ligam pra o padrão da sociedade mas não é porque é diferente que é feio, temos os mesmos direitos, merecemos oportunidades, somos todos iguais e merecemos os mesmos respeito.”
--

Aluno 02 – “Temos que respeitar as escolhas e opiniões alheias, todos nós podemos ter opiniões diferentes mas devemos respeito.”
--

Aluno 03 – “Se no mundo houvesse mais respeito, não haveria tanta violência, amor, só assim o futuro que tanto desejamos vai acontecer, comece hoje e amanhã você verá os efeitos dessa rede do bem.”

Fonte: elaborado pelos autores deste trabalho a partir da escrita dos alunos participantes

Assim, percebeu-se o senso crítico dos alunos presentes, como também foi possível refletir sobre nosso papel enquanto futuros educadores comprometidos com a cidadania, mesmo diante do contexto atual. Dito isso, finaliza-se com Antunes (2003):

O momento nacional atual é de luta, de renovação e incita à mudança, a favor de uma participação cada vez maior de toda a população e de um exercício cada vez mais pleno da cidadania. O professor não pode ausentar-se desse momento nem, tampouco, estar nele de modo superficial. O ensino de língua portuguesa também não pode afastar-se desses propósitos cívicos de tornar as pessoas cada vez mais críticas, mais participativas e atuantes, política e socialmente (ANTUNES, 2003, p. 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um contexto de formação cidadã e que constrói conhecimento e também o propaga. Dessa maneira, faz-se necessário o debate, reflexão e a crítica sobre toda e qualquer temática que seja ou que gere uma problemática na sociedade. Tendo em vista essas próprias problemáticas excludentes: racismos, intolerância religiosa, desigualdade de gênero e desrespeito às sexualidades, é possível trazer à tona a reflexão sobre temáticas transversais. Assim, busca-se emergir questões de gênero, sexualidade, etnia, crença e etc. Galga-se a formação cidadã de cada aluno que será contribuinte na formação da sociedade e de suas gerações.

É essencial incorporar novas práticas educativas, que, na verdade, nem são realmente novas, já deveriam estar em uso pela escola: que é a humanização do ensino de conteúdos da grade curricular e sua contextualização com o cotidiano dos alunos, e o uso dos temas transversais proposto nos PCN para uma formação cidadã e social do indivíduo, para que haja uma consciência de convivência não apenas no ambiente escolar, mas em sociedade. Então, tem-se duas propostas que divergem em conteúdo, mas que se igualam na finalidade: uma educação que ultrapasse os muros da escola.

Destarte, considera-se a atividade de estágio proveitosa e enriquecedora. Não só por seu caráter de formação curricular obrigatório, mas por sua contribuição pedagógica e humana. Afinal, o professor é um sujeito que também aprende junto com os alunos e que os direciona enquanto um pivô maduro no processo de ensino-aprendizagem. De fato, foi uma experiência enriquecedora, tanto para o estagiário, como para os outros alunos. Ensinar também é aprender.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BRASIL. **Diversidade Religiosa e Direitos Humanos.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Esplanada dos Ministérios. Brasília: SEDH, 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: temas transversais.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

GUEDES, Paulo Coimbra. **A formação do professor de português: que língua vamos ensinar?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MACEDO, E. F. de. Parâmetros Curriculares Nacionais: a falácia dos seus temas transversais. In: MOREIRA, A. F. B. (org.). **Currículo: políticas e práticas.** Campinas: Papirus, 1999. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

MARTINS, Iara F. de Melo. Linguagem, Inclusão e Ensino. In: LINS, Juarez Nogueira. **Estudos na área de linguagem: ensino, pesquisa e formação docente.** Recife/PE: EDUFPE, 2016.